

Vale do Guadiana será área protegida

- confirma presidente do Serviço de Parques

O presidente do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), Marques Ferreira, reafirmou no passado fim de semana em Mértola a disposição governamental de criar uma zona sob protecção ambiental no Vale do Guadiana. Disse esperar que até ao fim do ano o estatuto - nacional ou regional - da área a classificar possa estar definido.

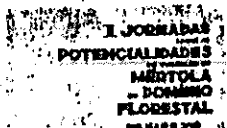
As afirmações de Marques Ferreira foram feitas durante as I Jornadas sobre as Potencialidades do Concelho de Mértola no Domínio Florestal que decorreram naquela vila por iniciativa da Associação de Defesa do Património local. O presidente do Serviço de Parques declarou ao "DA" que os estudos a fazer permitirão determinar se irá ser criado um Parque Natural Nacional, um Parque Natural Regional ou uma Área de Paisagem Protegida (também com estatuto regional). O responsável daquele departamento da Secretaria de Estado do Ambiente esclareceu que "não se trata de começar agora tudo do zero porque há um levantamento feito que já permitia concluir que era necessário proteger a área. A partir deste momento há apenas que dar uma lógica ao que foi feito no sentido de preparar o que deve, concretamente, ser alvo de protecção".

A necessidade da preservação da área do Vale do Guadiana tem sido apontada pela Associação de Defesa do Património e pela Câmara Municipal de Mértola. Há algum tempo foi editado um livro "Fauna e Flora de Mértola" que resultou de um primeiro trabalho visando salvaguardar o património natural do concelho e a sua preservação como sector de desenvolvimento, nomeadamente visando a atracção de um turismo rural.

EUCALIPTOS NOS CACHOPOS: A POLEMICA

O aparecimento de um projecto da Soporcel visando a plantação de 350 hectares de eucaliptos na área considerada mais sensível da futura zona a classificar alarmou os responsáveis concelhios. Este assunto esteve aliás presente nas Jornadas do fim de semana. O responsável da Administração Florestal de Beja, eng.º Morgado Leão, presente em Mértola, instado a pronunciar-se sobre o referido projecto, leu um documento no qual se afirma não parecer razoável interditar a citada plantação da área de eucalipto. Em abono da opinião que sustentou sublinhou que o projecto da Soporcel (para a Herdade dos Cachopos) estabelece uma mancha reduzida de eucalipto em relação à área total (1160 hectares) e contempla várias exigências de carácter ambiental. O eng.º Leão defendeu, todavia, que o projecto fosse acompanhado de perto na sua execução para se evitarem desvios.

Para vários elementos ligados ao sector, a posição da



tratar de um dos primeiros casos em que uma celulose apresenta um projecto enquadrado, apontando para densidades de ocupação baixas em relação ao total disponível.

"REALISMO DE PARTE A PARTE"

Para o presidente do SNPRCN "o projecto até pode ter tido em atenção aspectos de protecção ambiental. Mas temos de ver que um projecto de florestação para celulose nunca poderá ser 100 por cento coincidente com a protecção ambiental. O nosso propósito é compatibilizar o máximo que for possível. É preciso realismo de parte a parte. Julgo ser possível um entendimento desde que a Emporcel/Soporcel evidencie a vontade de alterar alguns aspectos do seu projecto". Marques Ferreira afirmou que "se a área em causa tivesse já sido declarada protegida o parecer do seu Serviço seria vinculativo. Ainda não o é. Mas a verdade é que também já foi reconhecido o interesse - e não só a nível nacional como na própria CEE - em que venha a ser protegida, pelo que pensamos que o nosso parecer deve ser igualmente considerado determinante nesta matéria".

Jorge Revez, presidente da Associação de Defesa do Património, considerou muito importante esta posição assumida pelo representante da Administração Central porque ela confirma as perspectivas que haviam sido abertas com a atribuição, já no Orçamento de Estado de 1988 de 15 mil contos para estudos e porventura o início da implementação da zona protegida.

20 MIL HECTARES PARA CAÇA NO CONCELHO?

As Jornadas - as primeiras

constituíram um excelente tema de reflexão sobre o futuro das zonas do Alentejo nas quais a agricultura é pouco mais do que não rentável. Temas como a apicultura (objecto de outra iniciativa recentemente promovida pela Associação de Mértola), o desenvolvimento aquícola e a caça estiveram presentes no Cine-Teatro Marques Duque ao longo de dois dias. Em relação à caça foi aliás referido existirem neste momento projectos que visam o aproveitamento cinegético de 20 mil hectares do concelho de Mértola. A ligação destas actividades ao turismo rural - articulado com os polos de atracção que o Campo Arqueológico de Mértola vem sabendo valorizar - ressaltou como decisiva numa área em que a esmagadora maioria dos solos agrícolas são da classe mais inferior (E).

AZINHAL E USOS MÚLTIPLOS

Quanto à floresta de tipo mediterrânico passível de conhecer desenvolvimento na área foi sublinhado que ela não deve ser vista como fonte imediata de rendimentos directos. Foi apontada a perspectiva dos usos múltiplos da floresta à luz de várias experiências já concretizadas do que o caso de Herdade da Condenda (Moura) é paradigma.

A prioridade na (re)florestação da zona foi para o azinhal, permitindo aliás o incremento do porco de montanha. No entanto o eucalipto não saiu "condenado" em absoluto das Jornadas. Foi apenas admitido para zonas bem definidas, nunca em grandes manchas e adaptado às condições ecológicas. O mesmo em relação a outras espécies como o pinheiro, a alfarrobeira e a amendoeira. A Administração Florestal de Beja que afirmou dispor agora de verbas para recuperar o Perímetro Florestal de Mértola, revelou possuir também uma outra unidade de 65 hectares no sul do concelho para a concretização de diversas experiências.

Com estas Jornadas foi dado outro contributo para ajudar Mértola a encontrar alternativas para a grave situação actual. Uma situação que levou oradores como Paulo Estádio, ex-administrador do Plano do Entre Mira e Guadiana, a defender que em termos gerais o concelho deve mesmo deixar a produção agrícola, apostando numa estratégia de renaturalização. Disse que este cenário, embora podendo ser visto

multo longe da realidade".

A ADERBA, pela voz de José Monge, centrou também a sua intervenção minuciosa na articulação das potencialidades naturais com o turismo, tendo o orador recordado inclusivamente os sistemas financeiros de incentivo a tais propósitos. A Caixa Geral de Depósitos viu aliás o interesse desta iniciativa tendo patrocinado as Jornadas.

Marques Ferreira, o presidente do Serviço de Parques quis ainda sublinhar que "as medidas de protecção que aponta para o Vale do Guadiana não são de forma nenhuma incompatíveis com a presença do homem. Pelo contrário declarou - o homem é uma componente fundamental, bastando recordar que nas 20 áreas protegidas do nosso país vivem 300 mil pessoas".

PUB.